**JUIZ — APOSENTADORIA — FIXAÇÃO DE PROVENTOS —
IGUALDADE PERANTE A LEI — INCONSTITUCIONALIDADE**

— *É inconstitucional a lei paraibana que concede aumentos desiguais de proventos a juizes aposentados.*

— *Interpretação dos arts. 141, § 1.º, e 193 da Constituição.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

João Navarro Filho e outros *versus* Estado da Paraíba

Recurso extraordinário n.º 23.993 — Relator: Sr. Ministro

NELSON HUNGRIA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso extraordinário n.º 23.993,

em que é suscitada matéria constitucional, acorda o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, unânimemente, declarar a inconstitucionalidade da Lei pa-

raibana n.º 568, de 10 de outubro de 1951, na conformidade das notas precedentes, integrantes da presente decisão.

Custas ex-lege.

Distrito Federal, 6 de agosto de 1954.
— José Linhares, Presidente. — Nelson Hungria, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Nelson Hungria — A Lei n.º 568, de 10 de outubro de 1951, do Estado da Paraíba, aumentou os vencimentos da magistratura, fixando em Cr\$ 5.000,00 os vencimentos dos juizes de 2.^a entrância em atividade, e quanto aos aposentados determinou que passassem a perceber mais Cr\$ 200,00 sobre seus vencimentos, que eram de Cr\$ 3.500,00, salvo os que se tivessem aposentado no exercício de 1951, que perceberiam vencimentos iguais aos juizes em atividade. Diante dessa desigualdade, apoiada pelo Poder Executivo, que não vetou a lei, e a vem aplicando, os juizes Galileu de Belli e João Navarro Filho, aposentados em 1948 e 1950, respectivamente, propuseram ação contra o Estado, invocando o art. 141, § 1.º, e 193 da Constituição, a fim de que seus vencimentos fôsse pagos com algarismos idênticos aos dos juizes em atividade e aos que em número de dois, foram aposentados em 1951.

Tiveram ganho de causa na primeira instância, mas, em grau de apelação foi reformada a sentença, para ser julgada improcedente a ação, argumentando o acórdão, depois de salientar a iniquidade da lei, classificando-a de odiosa, que “não cabe aos juizes apreciar a justiça dos atos legislativos, mas tão só a sua legalidade” e “não há lei que obrigue o legislador a conceder aos funcionários inativos os vencimentos estabelecidos para os ativos”.

Não se conformaram os autores e vieram com o presente recurso extraordinário, com pretendido arrimo nas letras a e c do atinente preceito constitucional.

Foi o recurso arrazoado, e correu *in albis* o prazo para contra-razões.

A fls. 67, oficiou o Dr. Procurador Geral da República, que opinou pelo não conhecimento do recurso.

E' o relatório.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Nelson Hungria (Relator) — Havendo arguição de inconstitucionalidade de lei, proponho sejam os autos presentes ao Tribunal Pleno.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Ordenada a remessa dos autos ao Tribunal Pleno, para julgamento de questão constitucional.

Deixou de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Ministro Afrânio da Costa, substituído do Sr. Ministro Luís Gallotti, que se acha em exercício no Tribunal Superior Eleitoral.

VOTO

O Sr. Ministro Nelson Hungria (Relator) — Tenho para mim, que, realmente, a Lei paraibana n.º 568, de 10-10-1951, com o seu critério de dois pesos e duas medidas, infringe, de resto, o art. 141, § 1.º, da Constituição, segundo o qual “todos são iguais perante a lei”.

Estou de inteiro acórdo com a opinião de Viente Ráo, invocada pelos recorrentes:

“Aplicar-se o preceito constitucional no sentido de proventos ou vencimentos dos funcionários inativos só com relação a determinados funcionários, ou departamentos outros, importa violentar, por modo flagrante, o princípio que constitui uma das garantias estatutárias dos direitos dos cidadãos.

A Suprema Córte Norte-Americana, pela palavra do Chief-Justice Taft, já assim se pronunciou:

“The contention that one has a vested-right to injustice relief, did no meet the objective that the granting of equitable relief to one man or set of men, and denying it to others under like circumstances and in the same jurisdiction was

a denial of the equal protection of the laws" (in v. Willoughby, *The Constitutional Law of the United States*, volume III, 1.929).

Limite-me, aqui, a reconhecer e declarar a antinomia entre a Constituição e a lei paraibana em questão, no tocante à duplicidade de tratamento dos juizes da 2.^a entrância aposentados, parecendo-me que o seu ajustamento ao preceito constitucional, na solução do caso individual dos recorrentes, é da competência da Turma.

VOTO

O Sr. Ministro Luís Gallotti — Senhor Presidente, temos decidido que o art. 193 da Constituição, não assegura aos aposentados equiparação de vencimentos relativamente aos percebidos pelos funcionários em atividade. O que assegura é uma revisão, sempre que os vencimentos dêstes se modificarem, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda.

Na espécie, porém, não se assegura aquela equiparação, e sim se reconhece a inconstitucionalidade de injustificável discriminação, entre aposentados. Estou de acôrdo com o eminente Relator.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Acolheram a arguição de inconstitucionalidade da lei paraibana, devendo os autos voltar à turma para completar o julgamento, unânimemente.

Não tomou parte no julgamento o Senhor Ministro Henrique D'Ávila.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro da Costa.

Deixaram de comparecer, por se acharem em gôzo de licença especial, os Senhores Ministros Barros Barreto e Rocha Lagoa, e por se achar em exercício no Tribunal Superior Eleitoral, o Senhor Ministro Edgar Costa, substituídos, respectivamente, pelos Srs. Ministros Ábner de Vasconcelos, Afrânio da Costa e Macedo Ludolf.